



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
DIRECÇÃO DE JUSTIÇA E DISCIPLINA
REPARTIÇÃO DE CONDECORAÇÕES E LOUVORES

ASSUNTO: ORDEM MILITAR DE AVIS

O documento-base difundido pelo Exército sobre o agraciamento de qualquer grau da Ordem Militar de Avis, é o

DESPACHO Nº 10/CEME/04

que se transcreve:

“Considerando:

- a) O disposto na Lei Orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas (LOOHP) , aprovada pelo DL nº 414-A/86, de 15 de Dezembro e alterada pelo DL nº 85/88, de 10 de Março e no Regulamento das Ordens Honoríficas Portuguesas (ROHP), aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 71-A/86, de 15 de Dezembro, alterado pelos Decretos Regulamentares nº 12/88, de 10 de Março, nº 15/90 de 08 de Junho e nº 12/2003, de 29 de Maio, no que concerne à concessão da Ordem Militar de Avis;
- b) O preceituado nas normas para agraciamento e para a apreciação de propostas referentes à Ordem Militar de Avis, de 17 de Julho de 1990, da Chancelaria das Ordens Portuguesas;
- c) A alteração introduzida nos artigos 35º, 36º e 37º do ROHP, pelo DReg nº 12/2003, de 29 de Maio, no sentido de simplificar e flexibilizar o processo de concessão da Ordem Militar de Avis.

Assim, ao abrigo da alínea a) do nº 4 do artº 8º da Lei nº 111/91, de 29 de Agosto (LOBOFA), e tendo em vista o disposto no nº 3 do artigo 36º do ROHP, determino que sejam observadas as seguintes regras:

- 1. O universo dos oficiais a considerar para agraciamento com a Ordem Militar de Avis é, exclusivamente, o dos oficiais no activo e na reserva na efectividade de serviço.
- 2. As propostas de agraciamento com a Ordem Militar de Avis são baseadas nos dados objectivos contidos na folha de matrícula, nomeadamente nos louvores de cada militar, e tendo em consideração as seguintes **condições gerais**:
 - a. Ter prestado, pelo menos, **sete anos de serviço** a contar da data da sua graduação ou promoção a oficial;
 - b. Ter revelado no decurso da carreira militar **elevados atributos morais e profissionais**, manifestados através de uma **irrepreensível conduta, reconhecidas qualidades cívicas e virtudes militares**;
 - c. Ter prestado **serviços altamente meritórios**, reconhecidamente **relevantes e distintos** e que tenham contribuído para o **prestígio militar das Forças Armadas**, com **especial relevância para os serviços prestados em campanha ou com risco de vida**.
- 3. As propostas de agraciamento com a Ordem Militar de Avis, salvo nos casos de **concessão por serviços excepcionais prestados em campanha ou com risco de vida**, terão em consideração as seguintes **condições especiais**:
 - a. **Cavaleiro ou Dama** (Capitão) – ter sido previamente condecorado com a Medalha de Mérito Militar de 3ª Classe;

- b. **Oficial** (Major) e **Comendador** (Tenente-Coronel) – ter sido previamente condecorado com a Medalha de Mérito Militar de 2ª classe e com a Medalha de Serviços Distintos, como oficial superior;
 - c. **Grande Oficial** (Coronel) – ter sido previamente condecorado com a Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe e com a Medalha de Serviços Distintos no posto de Coronel;
 - d. **Grande Oficial** (Major-General) – ter sido previamente condecorado com a Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe e com a Medalha de Serviços Distintos no postos de Coronel ou de Oficial General;
 - e. **Grã Cruz** (Tenente-General e General) – ter sido previamente condecorado com a Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe e com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos como Oficial General.
4. A instrução dos processos de agraciamento terá a seguinte tramitação:
- a. O Gabinete do General CEME e o Comando do Pessoal procedem à identificação, respectivamente, do universo dos Oficiais Gerais e Coronéis Tirocinados e do universo dos restantes Oficiais que reúnem as condições gerais e especiais para serem propostos;
 - b. O Comando do Pessoal após conhecimento da relação dos Oficiais Gerais e Coronéis Tirocinados enviada pelo Gabinete do General CEME, elabora uma lista final, por grau de agraciamento, de todos os Oficiais que reúnem as condições gerais e especiais para serem propostos, após o que envia a todos os Oficiais Gerais membros do Conselho Superior do Exército (CSE), em funções no Exército, um extracto da lista com os oficiais sob o seu Comando;
 - c. Os Tenentes-Generais do CSE, em funções no Exército, após recepção e análise da lista enviada pelo Comando do Pessoal, seleccionam os Oficiais que devam ser propostos para agraciamento (ordenando-os por mérito relativo) e elaboram uma relação a apresentar em CSE, que será enviada previamente ao Gabinete do Comandante do Pessoal.
 - d. O Tenente-General AGE elabora também uma lista de Oficiais, que não estejam em funções no Exército, a propor para os diferentes graus;
 - e. O Comando do Pessoal, após conhecer as relações referidas na alínea c., prepara e distribui as pastas com os elementos de informação necessários à apreciação do CSE;
 - f. O CSE aprecia os oficiais propostos e elabora o respectivo parecer;
 - g. Os Tenentes-Generais Vice-CEME e AGE, ouvido o CSE, apresentam à decisão do General CEME a proposta consolidada dos Oficiais a agraciar e a sua ordenação por mérito relativo;
 - h. O General CEME determina a relação dos Oficiais a propor a S. Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional para efeitos de agraciamento com a Ordem Militar de Avis;
 - i. O Gabinete do General CEME e o Comando do Pessoal procedem à fundamentação, respectivamente, das propostas dos Oficiais Gerais e Coronéis Tirocinados e do universo dos restantes Oficiais;
 - j. O Gabinete do General CEME envia as propostas de agraciamento para o MDN.
5. O Comando do Pessoal é a Entidade Primariamente Responsável pela instrução dos processos de agraciamento com a Ordem Militar de Avis;
6. **Serão observados os seguintes prazos:**
- a. **Até 15 de Janeiro**, o GabCEME e o CmdPess identificam e analisam sumariamente o universo que reúne condições de apreciação e o CmdPess difunde as listas de Oficiais Gerais membros do CSE;
 - b. **Até 15 de Fevereiro**, os Tenentes-Generais do CSE comunicam ao GabCmdPess a sua pré-selecção de Oficiais a analisar em CSE;
 - c. **Até 28 de Fevereiro**, o GabCEME envia as propostas de agraciamento ao Ministério da Defesa Nacional, previamente aprovadas pelo General CEME, ouvido o CSE.

O presente Despacho produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2004 e revoga o Despacho nº 106/CEME/02, de 01 de Julho.

Lisboa, 15 de Janeiro de 2004

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

(Assinatura)

LUÍS VALENÇA PINTO

GENERAL

DISTRIBUIÇÃO DO DESPACHO Nº10/CEME/04:

Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército
Inspecção-Geral do Exército
Conselho Superior de Disciplina do Exército
Junta Médica de Recurso do Exército
Estado-Maior do Exército
Comando do Pessoal
Comando da Logística
Comando da Instrução
Comando Operacional das Forças Terrestres
Instituto de Altos Estudos Militares
Academia Militar
Governo Militar de Lisboa
Região Militar do Norte
Região Militar do Sul
Zona Militar dos Açores
Zona Militar da Madeira
Campo Militar de Santa Margarida
Comando das Tropas Aerotransportadas
Brigada Mecanizada Independente
Brigada Ligeira de Intervenção
Brigada Aerotransportada Independente”